

Reestruturação curricular no curso de formação de professores de química: construindo uma identidade docente

Curricular restructuring in the course of training of teachers of chemistry: building a teacher identity

ANUNCIÇÃO, Bárbara*; OKI, Maria; MORADILLO, Edilson; CUNHA, Maria; MESSEDER-NETO, Hélio; SÁ, Lucas

barbaracarine@bol.com.br

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo apresentar um relato da mudança sofrida pelo currículo do curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no período de 2002 a 2007. A pesquisa realizada, de cunho histórico e qualitativo, buscou fornecer para a população acadêmica um panorama geral desta alteração curricular e seus respectivos motivos, dentro de uma teoria crítica de currículo, utilizando-se da entrevista e da análise documental como técnicas para coleta de dados. Os dados coletados e analisados foram sistematizados e organizados, visando construir um relevante material de cunho histórico, e que foi disponibilizado para compor uma parte da memória acadêmica do curso de Licenciatura em Química da UFBA.

Palavras-chave: Currículo, Ensino de Química, Formação de Professores.

Abstract:

This work aimed to present a report of the change suffered the curriculum of course de graduation in Chemistry of Universidade Federal in a Bahia (UFBA), built in the period 2002 to 2007. This research, die historic and qualitatively, sought provide for the population academic an overview of the amendment curricular and their respective reasons within a critical theory of curriculum, using-if the interview and documental analysis as techniques for data collection. The data collected and analyzed were systematized and organized, seeking to build a relevant die historical material available to compose a part of the memory of academic course de Graduation in Chemistry of UFBA.

Key-words: Curriculum, education of Chemistry, Teacher Training.

* Mestranda no Programa de Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Situada na Rua Barão de Geremoabo, Salvador- BA.

INTRODUÇÃO

Na década de 90 do século passado, o nosso país vivenciou um forte movimento de reestruturação da base produtiva da sociedade capitalista; o neoliberalismo (MORADILLO, 2010). Nesta década de esvaziamento dos movimentos sociais, a educação, que é um complexo social (LUKÁCS, 1979; LESSA, 2004), sofreu também fortes impactos, fazendo-se necessárias novas propostas educacionais. Em decorrência das políticas adotadas, o Ensino Público – Básico e Superior – sofreu o impacto dos cortes de verbas e do esvaziamento da função do professor, com conseqüências graves para o processo de formação de professores, contribuindo, dessa forma, para uma maior degradação da Escola Básica e da Universidade.

Numa tentativa de reestruturar a educação brasileira em 1996 foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), resultado de um embate político protagonizado por duas grandes propostas: uma proveniente de uma série de debates abertos com a sociedade e organizados através do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e outra elaborada por alguns senadores em articulação com o poder executivo e que contou com a mediação do MEC; sendo que, esta última veio a vigorar (BRASIL, 1999). A LDB tem como finalidade definir e regularizar o sistema educacional brasileiro com base nos princípios presentes na constituição. Baseada no princípio universal da educação para todos, deliberou sobre várias mudanças educativas no âmbito nacional (BRASIL, 1999). Estas mudanças foram direcionadas as universidades de todo o país na forma de exigências legais, apontando para novas propostas pedagógicas e reestruturação curricular, principalmente no que tange à formação de professores para a Escola Básica.

Visando se adequar a estas novas exigências educacionais a Universidade Federal da Bahia (UFBA), através de reuniões propostas pela sua Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), iniciou um grande processo de reestruturação curricular dos cursos de graduação oferecidos por esta instituição de ensino, nucleando as propostas de reelaboração dos currículos dos cursos das diversas Licenciaturas.

Assim como os demais cursos de graduação desta universidade, o curso de Química da UFBA, em suas diferentes habilitações, procurou se fundamentar nas novas orientações curriculares apresentadas na nova Lei, através de uma reforma curricular que resultou em um novo currículo deste curso implantado a partir do primeiro semestre de 2007.

O processo de discussão interna teve início em outubro de 1998, com a criação de uma comissão especialmente, designada para este fim, composta, inicialmente, pela coordenadora do colegiado dos cursos de Química, oito representantes dos quatro departamentos do Instituto de Química e por três representantes estudantis. Esta comissão tinha a finalidade de proceder à revisão dos currículos nas habilitações Bacharelado, Licenciatura e Química Industrial, e adequá-los a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as novas Diretrizes Curriculares dos cursos superiores (LÔBO, 2004, p.50-51).

Como o currículo não é um registro neutro e imparcial, mas sim um documento impregnado de questões sociológicas, políticas e epistemológicas (SILVA, 1995). E, sendo os sujeitos da reforma curricular seres sociais, que estão imersos num contexto

sócio-histórico, é de se esperar que nos cursos de graduação das diversas ciências as reestruturações curriculares tenham tomado rumos diversos, inclusive dentro dos próprios institutos básicos não houve homogeneidade de propostas, de modo que a nova estruturação curricular não foi trivial.

“O currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes, seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo” (SILVA, 2000, p.15). Essa seleção não é aleatória, ela é impregnada de determinações sociais e históricas. No atual contexto sócio-histórico, moldado por relações classistas, uma classe de interessados acaba determinando “o que” deve ser ensinado. Na história da educação deste país prevaleceram os currículos destinados às massas e repletos de interesses da classe dominante (SILVA, 2000; CORTELLA, 1998).

A atuação ideológica da escola se dá através do seu currículo. Por meio do currículo de um curso podemos fazer uma projeção de quem formamos e para que formamos. É mediante este poder sociológico curricular que defendemos que as alterações curriculares devam respeitar os interesses e necessidades dos sujeitos em formação e não aos anseios do modo de produção em vigor na sociedade atual. Se quisermos utilizar a escola, não somente, mas também, como instrumento de transformação social precisamos redefinir os princípios que norteiam a construção da maioria dos currículos destinados a formação de professores em território nacional, passando a valorizar a identidade do licenciado, conferindo-lhe uma visão ampliada da sua função num determinado contexto social, isto é, ético-político-econômico-epistemológico.

É nesta perspectiva que a nossa pesquisa procurou identificar as razões internas e externas que levaram à proposta curricular inaugurada no ano primeiro semestre de 2007, no curso regular de licenciatura em química da UFBA. Para isso buscamos responder as seguintes questões:

- Como se constituiu o curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal da Bahia?
- Por que a partir de 2006, o currículo do curso de Licenciatura em Química da UFBA se modificou de forma tão radical?
- De onde provem estas mudanças?

A nossa pesquisa teve como objetivo apresentar uma narrativa da reestruturação curricular do curso de Licenciatura em Química da UFBA implantado no primeiro semestre do ano de 2007, visando construir um material de cunho histórico-social sobre a elaboração do currículo em questão a fim de expor os elementos que compuseram esta importante conquista educacional da Universidade Federal da Bahia, que hoje oferece um curso de formação de educadores químicos, levando em conta a importância tanto dos saberes específicos quanto dos conhecimentos filosóficos, históricos, econômicos e pedagógicos.

O NOSSO PERCURSO METODOLÓGICO

Para respondermos as questões formuladas optamos por uma investigação inserida dentro de uma abordagem de pesquisa qualitativa (TRIVINOS, 1987). O levantamento de dados foi realizado através de análise documental e da técnica de

entrevista. A nossa fonte de dados históricos foi, fundamentalmente, um conjunto de documentos do Colegiado dos Cursos de Química, tais como: atas de reuniões, registros acadêmicos do curso, projetos políticos-pedagógicos (PPP), catálogos da Universidade, entre outros.

A abordagem de pesquisa qualitativa tem na entrevista, ao lado da observação, um dos mais importantes instrumentos de coleta de dados. Optamos pela entrevista como técnica de coleta de dados, pois reconhecemos que não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa, portanto, os relatos obtidos a partir das narrativas evidenciarão, para nós, os fatores internos e externos responsáveis pelas mudanças curriculares.

Segundo Lüdke e André (1986), a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos, a exemplo de citações sobre a mudança curricular em estudo buscadas nas atas de reuniões, a partir de questões ou hipóteses de interesses previamente definidas.

Considerando que esta investigação envolveu, também, uma pesquisa de cunho histórico, os documentos constituíram uma importante fonte de onde foram retiradas evidências que passaram a fundamentar afirmações e declarações da pesquisadora; portanto, tais fontes foram utilizadas como forma de imprimir uma maior validade e confiabilidade a este trabalho (RICHARDSON, 2008).

A análise documental foi empregada porque existe o reconhecimento da sua eficiência como técnica de análise qualitativa, pois ela é capaz de fazer emergir os significados dos documentos pesquisados, esclarecendo questões levantadas através de outras técnicas como a entrevista, bem como indicando situações que devam ser mais bem esclarecidas por ela.

De acordo com Richardson (2008, p.230) “o objetivo básico da análise documental é a determinação fiel dos fenômenos sociais”, ao passo que através da análise de conteúdos as mensagens são manipuladas buscando-se formular inferências sobre uma realidade diferente daquela da mensagem.

A técnica de análise de conteúdo foi utilizada para organizar as informações obtidas através das entrevistas, que foram gravadas, e possibilitaram a identificação de três momentos do processo de reestruturação curricular.

Como foi dito anteriormente, no hodierno trabalho analisamos do ponto de vista epistemológico, os fatores que nortearam a mudança sofrida pelo currículo do curso de Licenciatura em Química da UFBA, cuja implementação teve início no ano de 2007 na Licenciatura regular; para isto foram escolhidos como sujeitos desta investigação os coordenadores do colegiado de Química e alguns professores envolvidos em tal mudança.

Corriqueiramente neste trabalho, referimo-nos ao currículo em estudo como sendo o “novo” currículo. O destaque entre aspas ao adjetivo novo se dá devido ao fato de que o currículo é novo dependendo do momento em que o leitor esteja com ele em mãos, e segundo por que esta experiência curricular já tinha sido vivenciada no curso piloto da Licenciatura Especial em Química, que funcionou de 2005 a 2007 nesta unidade de ensino. Desta forma, vale a pena ressaltar que a pesquisa realizada teve como objeto de estudo a nova proposta curricular do curso de Licenciatura em Química regular.

O *corpus* de análise desta pesquisa foi formado pelo conjunto de documentos obtidos junto ao colegiado deste curso e as transcrições das entrevistas dos coordenadores e professores. Os dados coletados e analisados foram sistematizados e organizados visando construir um relevante material de cunho histórico disponibilizado para compor uma parte da memória acadêmica do curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal da Bahia.

DO CURSO DE QUÍMICA DA UNIVERSIDADE DA BAHIA AO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: CRIANDO POSSIBILIDADES PARA ALÉM DA FORMAÇÃO EMPÍRICO-ANALÍTICA

O curso de Licenciatura em Química da então Universidade da Bahia (UBA) teve o seu funcionamento autorizado através de Decreto Federal nº10.664, juntamente com a modalidade: Bacharelado. Na ocasião de sua fundação, este curso passou a funcionar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que já havia sido criada desde dezesseis de maio de 1941 e autorizada a funcionar pelo Decreto Federal 10.664, de vinte de dezembro de 1942. A sua instalação, nesta unidade de ensino, aconteceu em quinze de março de 1943, entretanto, o seu reconhecimento só veio no ano seguinte, através do Decreto Federal 17.206 publicado em vinte e um de novembro de 1944. Esta universidade ainda não era federalizada e era denominada Universidade da Bahia (FASCIO, 2010).

De acordo com Cunha (2000, p.171) a ampliação do ensino superior brasileiro aconteceu através de três caminhos: 1) criação de novas faculdades em locais onde elas não existiam; 2) gratuidade dos cursos das instituições federais de ensino superior; 3) federalização das faculdades estaduais e privadas, que passariam a ser reunidas em universidades submetidas ao controle do MEC, órgão que seria responsável pelo custeio destas instituições.

Na década de sessenta e setenta, do século passado, os currículos das licenciaturas na área de ciências naturais buscaram se adequar a uma política educacional nacional imposta por pareceres e resoluções do Conselho Federal de Educação, que tinha como objetivo implantar e interpretar a Lei 5540/68, da Reforma Universitária e a Lei 5692/71, de Diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus, que faziam parte de uma política educacional de orientação tecnicista.

Desde o início do curso de Química na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, até a reforma universitária ocorrida em 1969, existiam apenas as duas habilitações anteriormente citadas. Para atender as sugestões oriundas da reforma universitária foram criados cursos com a finalidade de preparar para carreiras de curta duração, a fim de cobrir áreas de formação profissional que não eram atendidas em sua totalidade por graduados em cursos longos e dispendiosos; desta forma, também no Instituto de Química passou-se a formar profissionais no nível superior em cursos de curta duração (ROMANELLI, 1991). Além disso, a Bahia passava por um período de expansão industrial, com a proposta da implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari na década de setenta, ocasionando uma necessidade ainda maior de mão de obra qualificada num curto período de tempo. Nesta perspectiva, foi criado o curso de Químico Analista Industrial, pelo Instituto de Química da UFBA, com a finalidade preencher a demanda requerida para a implantação deste Pólo, inicialmente como um

curso de curta duração e que veio a ser extinto em 1987, quando foi criado o Curso de Química Industrial com duração plena.

Desde a fundação do curso de Química da UFBA, em 1943, este oferecia aos seus ingressos a possibilidade de cursar tanto a modalidade de bacharelado quanto a de licenciatura; apenas na década de 80 o Instituto de Química da Universidade Federal da Bahia passou a formar também químicos para atuarem especificamente na Indústria. Na sua origem, o currículo deste curso funcionava em regime letivo de quatro séries anuais e a distinção das duas modalidades, Licenciatura e Bacharelado acontecia a partir da terceira série e nas disciplinas não obrigatórias denominadas “facultativas” para a primeira (Licenciatura), ou “eletivas” para a segunda (Bacharelado). O aluno que optava pela licenciatura podia cursar mais um ano e se tornar um bacharel.

O modelo de currículo concretizado nesta grade curricular, desde a sua origem, ficou conhecido vulgarmente como “três mais um”, porque nos três primeiros anos estudavam-se os conteúdos específicos e no quarto ano as disciplinas pedagógicas (SERPA, 2004). Este modelo manteve-se por um longo período na formação dos licenciados em Química da Universidade Federal da Bahia, que, ao final do curso se deparavam com disciplinas de formação pedagógica e não conseguiam se identificar com elas, visto que, haviam tido, até então, uma formação desvinculada de sua prática docente (LÔBO, 2005). A natureza histórica dos seres humanos preconiza que a nossa construção enquanto homens e mulheres se dá na materialidade do real, desta forma inocentes seríamos se esperássemos que licenciandos que passaram três anos sendo tratados como bacharéis se reconhecessem professores no último ano de suas graduações. Desta forma o resultado desta proposta curricular eram licenciandos sem identidade docente e com poucos conhecimentos gerais necessários a um professor e educador (SERPA, 2004).

A manutenção deste esquema criou distorções, pois a Faculdade de Educação, uma unidade profissional de formação do professor, tornou-se uma receptora de licenciandos como um Instituto básico de formação profissional. Nesta configuração, produziu-se uma separação teoria-prática profissional, com a teoria precedendo a prática, tanto no contexto da formação específica de química, quanto na formação pedagógica. Esta separação compromete a formação do professor que, por ser uma atividade artesanal, precisa ser centrada na práxis, na relação dialética teoria prática (SERPA, 2004, p. 41).

Portanto, durante um longo período da história do curso de Licenciatura em Química da UFBA a sua estrutura curricular não possuía identidade própria, estando esta agregada à modalidade bacharelado. Priorizava-se a formação do profissional da Química, em detrimento à formação do Licenciado em Química, que é um profissional do magistério e não da Química (LÔBO, 2004). Neste período, buscou-se incorporar, assim, na unidade de ensino superior, uma racionalidade imposta pelo processo produtivo capitalista, que desconsiderava a formação plena do homem e priorizava uma formação específica que poderia promover uma segregação entre a concepção e ação do sujeito em formação.

Nas grades curriculares anteriores a reformulação implantada em 2007 a formação do licenciado era posta em segundo plano, uma vez que, os Institutos Básicos priorizavam a formação de profissionais na sua área específica do conhecimento (SERPA, 2004). Através desta reestruturação curricular o novo currículo passou a ser

visto de forma diferente pelos docentes e discentes desta instituição. Independente da natureza deste novo olhar ele por si só foi uma grande conquista, pois agora o curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal da Bahia havia ganhado visibilidade dentro do próprio instituto de Química de forma particular e autônoma; percebendo-se a importância do reconhecimento das singularidades que caracterizam as diferentes modalidades de formação: o bacharelado, a química industrial e a licenciatura. Deste modo cabe ao Químico a responsabilidade de efetuar estudos, investigações, ensaios, experiência e análise de caráter prático relacionados com a composição, as propriedades e as possíveis transformações de determinadas substâncias a fim de gerar conhecimento novo nesta Ciência. Embora o Educador Químico possa também exercer atividades desta natureza, cabe a ele uma finalidade específica que é a mediação deste saber sistemático junto as novas gerações visando dar continuidade a história desta Ciência e aos avanços que ela proporcionou a humanidade.

É nesta perspectiva que a mudança curricular implantada no ano de 2007 no curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal da Bahia se configura, para nós, em muito mais que uma simples alteração curricular, mas sim em uma mudança de concepções educacionais. Por meio dela passou a ser possível formar professores de química críticos e com uma noção de totalidade, que reconhecem esta Ciência inserida num contexto social para além de suas especificidades.

IDENTIFICANDO O PERCURSO DA MUDANÇA

Dentro da nossa leitura das entrevistas e das análises documentais realizadas, identificamos três principais momentos da estruturação curricular em estudo. Um primeiro momento de “compatibilização” dos currículos, que alterou componentes curriculares comuns às três habilitações, um segundo momento, que buscou respeitar as características peculiares de cada uma delas buscando “resgatá-las” e um terceiro momento, da “inovação”, que foi o da criação de uma identidade para o currículo de cada uma das habilitações; de modo especial o de Licenciatura, que, por um longo período esteve obscurecida pelo currículo de Bacharelado, em função da herança histórica do modelo ‘três mais um’.

Através das entrevistas percebe-se que esse terceiro momento coincide com a consolidação do núcleo de pesquisa em ensino de química – NUPEQUI. No Instituto de Química da UFBA, a partir da primeira metade da década de 90 do século passado, vários professores passaram a se interessar, dedicar, se qualificar e pesquisar o ensino de química; criando, dessa forma, uma nova cultura de ensino, aprendizagem e educação no instituto de química. Esses professores foram os principais protagonistas da reforma curricular.

Percebe-se também que, com vertentes teóricas diferentes da pedagogia crítica, esse núcleo tinha como identidade a superação do currículo pautado na perspectiva empírico-analítica.

As primeiras atas, que tiveram a reestruturação curricular no seu âmago, pontuaram modificações de natureza mais externa aos professores do Instituto de Química, que envolveram outras unidades de ensino, como por exemplo: ajustes das ementas de disciplinas fornecidas pelo Instituto de Matemática, pelo Instituto de Física e de Geologia. Estas foram medidas que alcançaram todas as habilitações, não alterando

o cerne de cada uma delas. Estas alterações, tanto foram determinadas pelo colegiado, votadas e discutidas através das reuniões (das quais participaram diversos professores dos diferentes departamentos e também representantes estudantis), como também procuraram atender a demandas externas, tendo sido simplesmente assimiladas pelo novo currículo, como é o caso das mudanças de códigos e cargas horárias de algumas disciplinas ministradas em Unidades externas ao Instituto de Química. Mudanças de caráter geral também foram realizadas nas disciplinas oferecidas pelo próprio Instituto de Química, neste caso algumas disciplinas foram excluídas do currículo porque tiveram o seu conteúdo redistribuído em outras já existentes ou que foram criadas pelo Colegiado; ou ainda disciplinas que foram agregadas em uma única.

Dando continuidade a tal reestruturação, foram realizadas alterações que precisaram de muita discussão e bom senso por parte dos professores do Instituto; havia chegado o momento de não só alterar os pré-requisitos, os códigos, as cargas horárias, o conteúdo das disciplinas como, também, definir quais disciplinas, entre aquelas já existentes, iriam compor o novo currículo de cada habilitação, respeitando as suas particularidades e criando identidades.

Mantendo o foco na tensão existente entre o currículo das diferentes modalidades de graduação em Química, tem-se que no momento em questão a relevância de certas disciplinas de química nos currículos das diferentes habilitações foi colocada em pauta. Aqui se tinha que considerar a singularidade em construção do licenciado em química que deve ser formado para exercer uma atividade de cunho pedagógico e epistemológico. A ele cabe se apropriar de conhecimentos químicos relevantes para a sociedade em que vive, de modo a mediar este legado aos seus alunos, desta forma, muito dos conteúdos necessários aos bacharéis não o são para o licenciado. Não desconsideramos aqui a necessidade do professor de química ter domínio do conteúdo desta Ciência, pelo contrário sabemos que a condição fundamental para que um docente leccione um saber específico é que ele se aproprie deste saber, entretanto muitos dos conhecimentos aplicados utilizados comumente pelos bacharéis não são relevantes ao desenvolvimento da prática docente em química na Escola Básica. Assim, algumas das disciplinas presentes no currículo do curso de Bacharelado e de Industrial, não foram inseridas no novo currículo de Licenciatura ou foram modificados, isto porque elas foram entendidas como sendo disciplinas específicas para a formação do Químico e não do professor de Química. Feito isto, considerava-se que estavam delineados os supostos conhecimentos químicos básicos necessários para a formação do licenciado em Química, restava agora fazer o mesmo com os conhecimentos pedagógicos.

Uma vez que os conhecimentos específicos mínimos necessários ao licenciado haviam sido definidos, faltava delimitar os saberes fundamentais para além da especificidade desta Ciência, estes foram pensados e inseridos, principalmente, através de componentes curriculares constituintes da “dimensão prática” do novo currículo. Um problema que norteou esta etapa da reestruturação residiu nos diversos entendimentos acerca do que seria dimensão prática. Após uma ampla discussão sobre o assunto no Colegiado, a compreensão que prevaleceu foi a de um espaço curricular de discussões acerca da história e epistemologia da Química, de questões que envolvem o professor como um ser socialmente construído inserido em um tempo/espaço social, e que promova a reflexão da função do professor, do aluno e do conhecimento na sala de aula, influenciando, dessa forma, o ensino.

Os novos componentes formadores da dimensão prática do novo currículo, passaram a compor às 400 horas mínimas exigidas pela Resolução do Conselho

Nacional de Educação / Conselho Pleno (CNE/CP 2); juntamente com a disciplina de História da Química - QUI B07 (antes denominada como Evolução da Química), já existente no currículo anterior. Tais componentes são os seguintes: O Professor e o Ensino de Química (QUIA 43), História da Química (QUI B07), História e Epistemologia no Ensino de Química (QUI A45), Experimentos no Ensino de Química (QUI A50), Ensino de Química no Contexto (QUI A47), Projeto em ensino de química (QUI B02) e Trabalho de conclusão de curso - TCC (QUIB03).

A primeira delas se propõe a fazer um exame crítico das concepções de professor e de ensino de química veiculados por documentos oficiais e sindicais, realizando estudos empíricos sobre a realidade escolar em nosso contexto à luz dos documentos estudados e tendo a reflexão como ferramenta essencial dos professores para seu desenvolvimento profissional, esta disciplina contém como eixo norteador a categoria trabalho como fundante do ser social. A segunda e a terceira procuram apresentar aspectos da historiografia da química, inserindo a história e a filosofia da ciência na formação do professor de química de forma contextualizada. A quarta, busca discutir as concepções de ensino experimental da química, o papel do experimento na aprendizagem de conceitos, promovendo a elaboração de projetos de experimentos de química para o ensino médio. A quinta delas tem como principal objetivo utilizar conceitos de química para entender atividades humanas e processos naturais, realizando exames críticos de contextos reais que envolvem a química e identificação de implicações econômicas, sociais, éticas e ambientais. Projetos e TCC contribuem para a sedimentação da pesquisa educativa no currículo. Todos esses componentes curriculares passaram a priorizar a articulação do conhecimento específico e do conhecimento pedagógico.

A estruturação gradativa e contínua do currículo do curso de Licenciatura em Química da UFBA implantado em 2007.1 exigiu um grande esforço dos seus mentores. Como já citamos, num outro momento, esta foi a maior 'reestruturação' curricular vivenciada por este curso. De fato a estruturação deste currículo foi contínua, entretanto não-linear, diversos foram os embates travados dentro e fora do próprio Instituto de Química decorrentes de diferentes concepções de ensino e formação de professores defendida pelos diferentes professores.

O novo currículo foi debatido, traçado e implantado, buscando-se incorporar na formação inicial dos professores de Química as preocupações mais atuais da comunidade de pesquisadores da área de ensino de ciências, bem como de formadores de professores de ciências e da pesquisa sobre formação de professores. Assim, foram criados novos espaços curriculares próprios do Ensino de Química. Uma vez finalizada a proposta, bastava implantá-la e, de acordo com suas repercussões e necessidades, havendo o reconhecimento da importância de se voltar a avaliá-la, periodicamente, buscando adequá-la às novas necessidades através de novas reestruturações. Entretanto, este último, é um capítulo da nossa história em construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o curso de Licenciatura em Química da UFBA ter se constituído dentro de uma cultura bacharelesca, na qual priorizava-se esta formação em detrimento

da do professor de Química, pudemos perceber que nos últimos anos mudanças históricas ocorreram na configuração deste curso.

Todos nós somos parte de uma construção histórica (MARTINS, 2004); e como sujeitos históricos estamos construindo a história da coletividade através das nossas individualidades. Por esta razão é que cada estudante expressa uma singularidade, entretanto há algo que nos identifica e nos torna semelhantes na generalidade. É através das necessidades deste ser genérico que os currículos dos cursos de formação superior devem ser formados e não através dos interesses de uma minoria que detêm o poder. Consideramos que o novo currículo do curso de Licenciatura em Química aponta para esta direção, sem desprivilegiar os saberes específicos da Química, que são fundamentais para alguém que se propõe a educar através desta Ciência. Hoje os licenciandos em Química, não aprendem uma Química destoada das outras habilitações, muito pelo contrário, os graduandos de licenciatura estudam com futuros bacharéis e químicos industriais e isto é bom, por que para mediar didaticamente um saber precisamos nos apropriar deste em sua forma primaz, pois se não for assim faremos a “mediação da mediação”, correndo o risco de perder a autonomia do processo. Em nenhum momento da nossa pesquisa desvalorizamos o saber Químico, contudo nos detivemos na análise da inserção de outros saberes que não eram valorizados, antes do currículo “novo”, na formação do licenciado em Química da UFBA e que são essenciais para a formação de um profissional da docência que deverá realizar uma atividade de cunho social. Consideramos que a formação de professores na Universidade tem como implicação a necessidade de um projeto político-pedagógico específico e que precisa ser partilhado por todos os docentes da Licenciatura.

Estas mudanças curriculares foram decorrentes da incorporação de aspectos pedagógicos, epistemológicos e ontológicos no âmago do currículo por parte dos docentes desta instituição de ensino que se voltaram para as novas necessidades da área de Ensino de Química. Estes professores uniram-se na concepção de que era necessário o curso de Licenciatura em Química superar a perspectiva empírico analítica no ensino de Química.

Conforme exposto anteriormente, isso só foi possível devido à constituição de um grupo de pesquisa em ensino de química, que redesenhou, principalmente, a formação pedagógica do curso, referenciado na pedagogia crítica.

Reconhecemos que o “novo” currículo é um acontecimento histórico dentro do Instituto de Química da UFBA. As primeiras turmas oriundas no “novo” currículo já foram graduadas e os estudantes egressos têm se mostrado significativamente críticos perante a realidade atual do Ensino de Química no Brasil, realizando trabalhos de pesquisa em ensino durante a sua graduação e procurando dar continuidade a esta atividade tão recente no Instituto de Química da UFBA em programas de pós-graduação em ensino de ciências.

Finalizamos a nossa narrativa, afirmando que apesar do currículo em estudo ter proporcionado ao ingresso outra visão de mundo, na nossa perspectiva mais ampla, afirmamos também que muita coisa ainda está para ser ajustada. Esta é uma característica forte dos projetos piloto, eles são implantados e são ajustados a depender da realidade presente. E felizmente, pelo caráter dinâmico de um processo construtivo, o “novo” currículo não é estático, assim como nós, ele é socialmente mutável, através dele temos acesso aos conhecimentos socialmente relevantes, tornando-nos capazes de transformar a nossa realidade social rumo a uma sociedade emancipada humanamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Ensino Médio. Ensino Médio, Brasília, 1999.

CORTELLA, Mario S. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez, 1998.

CUNHA, Luiz A. **Ensino superior e universidade no Brasil**. In: Lopes, E. M. T. et al. 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FELIX, Maria de F. C. **Administração escolar: um problema educativo ou empresarial?** . 4 ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

FASCIO, Miguel **História do Instituto de Química**. Trabalho não publicado. Salvador, 2010.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3 ed. Ijuí: Unijuí, 2007.

LOBO, Soraia F. **A Licenciatura em Química da UFBA: Epistemologia, Currículo e Prática Docente**. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

LUKÁCS, George. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MARTINS, Lígia M. **A natureza histórico-social da personalidade**. Campinas: Cadernos Cedes, 2004.

MORADILLO, Edílson F. de **A dimensão prática na Licenciatura em Química da UFBA: possibilidades para além da formação empírico-analítica**. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SERPA, Luis F. **Rascunho Digital: diálogos com Felipe Serpa**. Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, Tomaz T. da **Documento de Identidade: uma introdução às teorias de currículo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.